

# DETERMINANTES DO DESEMPENHO FISCAL, ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DOS ESTADOS BRASILEIROS

João Furtado dos Santos Neto

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) / [joaofurtado.sn@outlook.com](mailto:joaofurtado.sn@outlook.com)

Juliano Francisco Baldissera

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) / [juliano.baldissera@hotmail.com](mailto:juliano.baldissera@hotmail.com)

Érica Patente Nascimento

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) / [enascimento@uenp.edu.br](mailto:enascimento@uenp.edu.br)

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a influência dos aspectos socioeconômicos, políticos, eleitorais, financeiros e orçamentários no desempenho fiscal. A pesquisa observou os 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Utilizou-se do modelo econométrico de regressão simples para identificar comportamentos oportunistas ou atípicos dos gestores públicos. Para compreender as influências das variáveis independentes o estudo aplicou um método adaptado aos estados do Índice Firjan de Gestão Fiscal. A Representatividade no Legislativo se mostrou de forma mais significativa para a gestão fiscal, de maneira a acreditar que quanto maior a força do governador na Assembleia Legislativa o mesmo tende a comprometer sua gestão nas Receitas Próprias e nos Gastos com Pessoal.

**Palavras-chave:** Índice Firjan de Gestão Fiscal; Comportamento oportunista; Estados.

## 1 INTRODUÇÃO

A teoria dos ciclos políticos relata o comportamento de políticos frente às variáveis econômicas, relacionando esse comportamento ao interesse diante da chance de sua reeleição ou de manter seu partido no governo. Segundo Oliveira e Carvalho (2008), os primeiros estudos que ligam o comportamento político em épocas eleitorais foram feitos por Kalecki (1943), Ackerman (1947) e Downs (1957).

Nordhaus (1975), trabalha com a hipótese de que políticos conduzem seu mandato de maneira oportunista, manipulando fatores macroeconômicos em seus mandatos, independentemente de suas ideologias ou partido político, com o único objetivo de se manterem no poder. Em virtude desse fato, intervêm na economia com o intuito de maximizar seus votos. Nordhaus (1975) segue o pensamento de Downs (1957), autor este que afirma que os partidos políticos agem de forma racional e oportunista manipulando as suas políticas a fim de lograrem o objetivo de maximizar os votos em benefício próprio.

Aliado a teoria dos ciclos políticos, também é possível observar a forma com que o comportamento eleitoral pode influenciar as gestões de seus respectivos estados. A escola de Michigan contrapõe o pensamento sociológico que argumenta a favor da ligação social e o voto (LIPSET; ROKKAN, 1967). Para Campbell (1960) essa associação é psicológica onde o eleitor associa os partidos e ideologias com seus valores, percepções e comportamento, de modo que as tomadas de decisões se tornam vulneráveis a sentimentos afetivos.

Tendo esses argumentos como base, este estudo tem por finalidade analisar a influência dos aspectos socioeconômicos, políticos, eleitorais, financeiros e orçamentários no desempenho fiscal, orçamentário e financeiro dos estados brasileiros, o que possibilita entender de que maneira as variáveis acima citadas influenciam comportamentos políticos e testar até que ponto políticos deixam-se influenciar por tais questões.

São analisados 4 ciclos políticos, num período de 14 anos entre 2002 a 2016 proporcionando à pesquisa olhar governadores de primeiro mandato e reeleitos nos 26 estados mais o Distrito Federal, conjuntamente as contas federativas para compreender as determinantes do desempenho fiscal, orçamentário e financeiro.

A pesquisa justifica-se por concatenar o comportamento político e eleitoral com a administração fiscal, orçamentária e financeira, identificando como os governadores conduzem suas políticas fiscais perante a aspectos sociais e políticos, com o objetivo de ser uma ferramenta analítica para entender o comportamento político dentro das unidades federativas do Brasil.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Teoria dos ciclos políticos**

Um estudo pioneiro na abordagem de que os políticos agem de maneira tendenciosa

para obterem benefícios para si próprio é "An economic theory of democracy" (1957) escrito por Antony Downs, sendo ele precursor para Nordhaus na obra *The Political Business Cycle*. Para Downs (1957), os partidos políticos são maximizadores de votos, sendo a hipótese fundamental de que "(...) os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas". Outro ponto que o autor salienta em seu trabalho é de que os candidatos são motivados por interesses pessoais de renda, poder e prestígios que sucedem cargos políticos, portanto o seu papel social é um meio para atingir suas ambições pessoais.

Desta maneira, Downs (1957), afirma que ambos agentes atuam de forma racional: os partidos políticos manipulando suas práticas e ações a fim de maximizar os votos em busca da eleição ou reeleição; já o eleitor age de maneira racional ao analisar os candidatos e partidos.

Sucedendo o modelo de Downs (1957) é de Nordhaus (1975) onde são apresentadas as seguintes premissas: 1) "O principal objetivo dos partidos é manter-se no poder e, em virtude disso, intervêm na economia a fim de maximizar os votos nas próximas eleições"; 2) Os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos; 3) Os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos; 4) Os eleitores têm um comportamento eleitoral retrospectivo e míope.

Outra percepção oportunista dos partidos políticos de Nordhaus (1975), é a de que há uma escolha intertemporal que apresenta o *Trade-off* inflação-desemprego como fator fundamental na escolha do eleitor. Os eleitores escolhem essas duas variáveis, pois, eles observam no baixo nível de desemprego uma possibilidade de mudar sua renda, acreditando não correr o risco de ficar desempregado. A variável inflação está menos explícita, porém, o eleitor a relaciona a problemas no balanço de pagamentos, má alocação de recursos e na

distribuição de renda arbitrária, portanto, também possuindo expressividade na escolha do eleitor.

Considerando agora a premissa de que "os eleitores têm um comportamento eleitoral retrospectivo e míope", o modelo de Nordhaus (1975) está baseado na expectativa adaptativa, onde os governantes buscam a melhor combinação entre desemprego e inflação ao longo da curva de *Phillips* de curto prazo. Nesse sentido, os políticos se beneficiam da curva de *Phillips* acelerada e da inocência dos eleitores irracionais, que não entendem o *Trade-off* entre inflação e desemprego, sendo eles manipulados pelos governadores, portanto, os políticos são eleitos pelos votos dos eleitores irracionais.

Contrapondo Nordhaus (1975), Hibbs (1977) afirma que a ideologia partidária é o ponto chave do comportamento político, considera-se que cada partido possui seu próprio pensamento e que o mesmo realiza suas políticas visando seu eleitor, excluindo a ideia de maximização de votos (NORHAUS 1975).

O *Trade-off* entre inflação e desemprego ainda constitui o quadro de tomada de decisões, para Hibbs (1977) os partidos de direita possuem maior afeito pelo controle inflacionário, já os partidos de esquerda, em contrapartida, focam suas políticas no desemprego.

Tanto a teoria de Nordhaus (1975), quanto a de Hibbs (1977) utilizam da curva de *Phillips* como foco das políticas públicas, mas para Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990), o escopo se consiste na política fiscal, já que em anos eleitorais os políticos diminuem impostos, aumentam gastos e alocam verbas, principalmente, em projetos visíveis aos olhos da população, como, obras, saúde e educação, criando assim o *Political Budget Cycle* (PREUSSLER, 2001).

Segundo Meneguín e Bugarin (2001), a *Political Budget Cycle* não foca em políticas monetárias e sim em políticas fiscais, em períodos eleitorais os políticos distorcem as contas públicas para, assim, aumentarem sua visibilidade imediata para os eleitores.

## **2.2 Estudos anteriores e testes de hipóteses.**

Cavalcante (2016) traz a problematização de que em anos eleitorais os comportamentos dos políticos nos municípios brasileiros sofrem mudanças e que não existe diferença nas políticas fiscais comparando governo do primeiro e segundo mandato. Contrapondo este estudo, foi realizada uma análise dos municípios portugueses para constatar a existência dos ciclos políticos econômicos (VEIGA; VEIGA, 2001). Em alinhamento com Preussler e Silbert (1988), o estudo traz o resultado positivo para a hipótese de que em períodos próximos as eleições os políticos revelam maior competência, fundamentalmente com relação aos investimentos em áreas de maior visibilidade.

Outro ponto relacionado ao comportamento oportunista do político é sua chance de reeleição, e para isso Oliveira e Carvalho (2009) realizaram uma abordagem estatística sobre os municípios do Rio de Janeiro para detectar comportamentos cíclicos dos gestores públicos. O estudo confirma a ideia de que a expectativa de reeleição juntamente com a LRF influencia o comportamento fiscal. Deste modo, é possível levantar as Hipóteses 1 e 2 deste estudo.

**H1:** O ano eleitoral exerce influência positiva no desempenho fiscal.

**H2:** A expectativa de reeleição exerce influência positiva no desempenho fiscal.

Em um modelo feito por Alesina (1987) baseado na curva de *Phillips* onde as decisões políticas são racionais, ou seja, o político é capaz de escolher entre inflação e desemprego da melhor forma para seu partido. Assim, Preussler e Portugal (2003) relatam que se um partido de direita ganhar, o aumento salarial irá se sobrepor a taxa inflacionária, acarretando um maior nível de desemprego. Entretanto, se um partido esquerdista sair

vitorioso das urnas o aumento salarial será inferior a taxa de inflação, por consequência menor o número de desempregados.

Arvate, Avelino e Lucinda (2008) subdividiram em sua pesquisa os partidos como de direita, de esquerda e os de centro. Abordando a gestão fiscal dos políticos, os autores afirmaram que os partidos de esquerda teriam um maior déficit e um maior gasto com o social, enquanto os partidos de direita teriam resultados que tendem ao inverso.

Dessa forma, espera-se que exista uma associação da ideologia partidária também com a gestão fiscal. Propõe-se a Hipótese 3.

**H3:** A ideologia política exerce influência positiva no desempenho fiscal.

Um estudo feito nos municípios de Minas Gerais para analisar determinantes da arrecadação de impostos sobre propriedade mostra a influência da câmara de vereadores na arrecadação (AVELLANEDA; GOMES 2015). O poder legislativo municipal se mostra positivamente relacionado para a arrecadação dos municípios. Portanto, uma base aliada no poder legislativo traz resultados positivos nas contas municipais.

Cavalcante (2013) traz a análise das totalidades dos municípios brasileiros onde é almejado entender a relação entre a pulverização de legislativo municipal com o desempenho do executivo. O resultado tem em que se observa a influência do legislativo sobre o desempenho das prefeituras. Foi concluído que quanto maior a fragmentação do legislativo, piores são os resultados das políticas públicas. Assim, tem-se a Hipótese 4.

**H4:** A representatividade no legislativo exerce influência positiva no desempenho fiscal.

O Brasil possui um quadro multipartidário, segundo o TSE existem 35 partidos políticos, junto a isso o país vive em uma democracia com frequentes eleições. Para entender o quão influenciável é o comportamento político por decorrer da competição eleitoral, foram utilizados indicadores na área da saúde, educação e assistência social. Após aplicados os métodos analíticos, Cavalcante (2013) concluiu que a dimensão política elucida parte do

comportamento das prefeituras, mesmo a competição eleitoral possuindo efeito nulo sobre a eficiência governamental.

A partir desse argumento leva-se à formulação da quinta Hipótese.

**H5:** A competição eleitoral exerce influência positiva no desempenho fiscal.

Para identificar o comportamento dos municípios perante ao nível de endividamento, foi executado uma pesquisa aferindo períodos antecessores e sucessores à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para isso foram analisados os 120 municípios com maior receita (RODRIGUES et al, 2009). Os resultados afirmam a hipótese de que a LRF modificou positivamente o comportamento das gestões fiscais, com redução na dívida-receita e no prazo de liquidação.

Com o mesmo intuito, Macedo e Corbari (2009) buscaram identificar e relevância da LRF sobre o desempenho da gestão fiscal, entretanto consideraram apenas municípios até 100 mil habitantes, o estudo utilizou métodos econométricos para concluir que os resultados rejeitam a hipótese de a LRF ser nula no comportamento municipal, aceitando a influência do endividamento. Dessa forma, espera-se que o comportamento do endividamento tenha reflexos no desempenho fiscal dos estados brasileiros. Propõe-se, pois, a Hipótese 6.

**H6:** O endividamento exerce influência negativa no desempenho fiscal.

Para Mota, Diniz e Costa Santos (2017) a estrutura orçamentaria dos municípios brasileiros é firmemente dependente das transferências intergovernamentais originários da União e dos estados, devido à baixa capacidade de acumulação de receitas próprias. As principais despesas que justificam o resultado são com gastos de pessoal, com saúde e educação, essas transferências não condicionais e sem contrapartida geram gastos ineficientes, oriundos do fenômeno *flypaper effect*. Dessa forma, tem-se a Hipótese 7.

**H7:** O grau de dependência de recursos de transferências intergovernamentais exerce influência negativa no desempenho fiscal.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Amostra da Pesquisa

O estudo julgará o comportamento fiscal em relação á receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo de vida em relação a obtenção dos resultados serão utilizados dados documentais, aliado a análise quantitativa assim possibilitando a interpretação mais precisa.

A amostra se consiste nos 26 estados da União, mais o Distrito Federal entre os anos de 2002 e 2016, dentro da amostra será possível identificar tanto o comportamento oportunista para seu próprio benefício, sendo este a reeleição, ou para a manutenção de seu partido no governo ou qualquer outro comportamento incomum.

Para obter os dados referentes as variáveis são retiradas exclusivamente de fontes online. As fontes ligadas ao campo socioeconômico são os sites: i) IBGE; ii) FIRJAN. As variáveis financeiras-orçamentarias possuem como fonte: ii) o sitio digital da Secretaria do Tesouro Nacional; ii) a página "Compara Brasil". Por fim para a consecução das informações políticas a fonte é exclusivamente o site do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE).

#### 3.2 Definição das Variáveis

As variáveis tratadas no estudo podem ser divididas em explicativas, dependentes e de controle, em que tais estão explicitadas na Tabela 1, a qual apresenta a classificação, descrição e o resultado esperado conforme as literaturas base da Tabela1.

Tabela 1 - Definição das Variáveis

Variável	Código	Mensuração	Descrição	Hip
<b>VARIÁVEL DEPENDENTE</b>				
Índice FIRJAN de Gestão Fiscal	IFGF	Composto por cinco indicadores – Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida	Representa um índice construído a partir dos resultados fiscais dos governos estaduais.	-
<b>VARIÁVEIS INDEPENDENTES</b>				
População	POP	Logaritmo natural do número de habitantes do estado.	Número de habitantes de determinado estado.	-



Região	N	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o estado pertence à região Norte; (0) Se o estado não pertence à região Norte.	Regiões geográficas brasileiras: norte (N), nordeste (NE), centro-oeste (CO), sudeste (SE), sul (S). O Sudeste é a região de referência.	-
	NO	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o estado pertence à região Nordeste; (0) Se o estado não pertence à região Nordeste.		
	CO	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o estado pertence à região Centro-Oeste; (0) Se o estado não pertence à região Centro-Oeste.		
	S	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o estado pertence à região Sul; (0) Se o estado não pertence à região Sul.		
Ano Eleitoral	AE	<i>Dummy</i> : (1) Se o ano for de eleição. (0) Se o ano não for de eleição.	Verifica se é ano de eleição ou não.	H1 (+)
Mandato Eleitoral	ME	<i>Dummy</i> : (1) Governador do estado exerce o primeiro mandato eleitoral. (0) Governador do estado não exerce o primeiro mandato eleitoral.	Verifica se o governador do estado exerce o primeiro mandato eleitoral.	H2 (+)
Ideologia Política	ESQ	<i>Dummy</i> : (1) Se o partido político do governador é de esquerda. (0) Se o partido político do governador não é de esquerda.	Viés ideológico dos partidos políticos dos respectivos governadores estaduais. Esquerda: PT, PSB, PPS, PDT e PMN. Centro: PMDB, PSDB e PTB. Direita: PFL, PP e DEM.	H3 (+)
	DIR	<i>Dummy</i> : (1) Se o partido político do governador é de direita. (0) Se o partido político do governador não é de direita.		
Representatividade no Legislativo	RL	Representa a proporção percentual de membros na assembleia legislativa do mesmo partido do governador.	Indica a representatividade do governador na assembleia legislativa.	H4 (+)
Competição Política	CP	$CP = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$ Onde: $p$ = proporções de votos obtidos por cada governador nas eleições.	Define o grau de fragmentação do sistema partidário ponderando a força relativa das legendas que o compõem.	H5 (+)
Endividamento	END	$END = \frac{PP + (PF - AF)}{RCL}$ Onde: $PP$ = Passivo Permanente; $PF$ = Passivo Financeiro; $AF$ = Ativo Financeiro; $RCL$ = Receita Corrente Líquida	Avalia o grau de comprometimento das dívidas de determinado ente com terceiros	H6 (-)
Indicador do Grau de dependência	IGD	$IGD = \frac{RTrans}{RT}$ Onde: $RTrans$ = Receita de Transferência; $RT$ = Receita Total.	Indica o grau de dependência da administração estadual em relação às transferências recebidas	H7 (-)

Fonte:Elaborado pelos autores (2019).

### 3.3 Modelo Econométrico

Para a averiguar a influência das variáveis independentes nas gestões fiscais, econômicas e financeiras, foi utilizado o modelo econométrico de regressão linear múltipla com dados em painel.

Dados em painel referem-se a uma combinação de medidas sobre um conjunto de indivíduos ao decorrer de um determinado período de tempo. Segundo Kennedy (1998), a estimação com dados em painel possibilita conter o efeito da heterogeneidade dos indivíduos, minimizar o viés de agregação e beneficiar a eficiência dos utilizadores ao usar dados com uma maior variabilidade e menor colinearidade. Dessa forma, para atingir ao objetivo dessa pesquisa, tem-se a Equação 1.

Equação 1:

$$IFGF_{it} = \beta_i + \beta_1 POP_{it} + \beta_2 N_{it} + \beta_3 NO_{it} + \beta_4 CO_{it} + \beta_5 S_{it} + \beta_6 AE_{it} + \beta_7 ME_{it} + \beta_8 ESQ_{it} + \beta_9 DIR_{it} + \beta_{10} RL_{it} + \beta_{11} CP_{it} + \beta_{12} END_{it} + \beta_{13} IGD_{it} + e_{it}...$$

O Índice FIRJAN foi colocado em função das variáveis explicativas (AE, ME, RL, END, IGD, CP e REG) e das demais variáveis que tem-se por de controle (POP, ESQ, DIR) admitindo que as mesmas já possuem resultado pré-estabelecido.

Para executar a organização e tabulação dos dados da pesquisa, foi utilizado o software Office Excel®, já para a estatística descritiva teste de diferença de médias e regressão, utilizou-se o software estatístico Stata®.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dada a necessidade de compreender o comportamento das variáveis da amostra, foi elaborada a Tabela 2 a qual apresenta resultados estatísticos descritivos em que se tem a média, desvio padrão, mínimo e máximo.

Tabela 2 - Estatística Descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<b>IFGF</b>	0.59	0.12	0.16	0.89
<b>IFGF Receita Própria</b>	0.96	0.13	0.10	1.00
<b>IFGF Gastos com Pessoal</b>	0.53	0.30	0.00	1.00
<b>IFGF Investimentos</b>	0.48	0.23	0.00	1.00
<b>IFGF Liquidez</b>	0.50	0.30	0.00	1.00
<b>IFGF Custo da Dívida</b>	0.48	0.25	0.00	1.00
<b>População</b>	6.633.840	7.872.376	324.397	41.300.000
<b>N</b>	0.26	0.44	0.00	1.00
<b>NE</b>	0.33	0.47	0.00	1.00
<b>CO</b>	0.15	0.36	0.00	1.00

<b>SE</b>	0.15	0.36	0.00	1.00
<b>S</b>	0.11	0.31	0.00	1.00
<b>AE</b>	0.27	0.44	0.00	1.00
<b>ME</b>	0.75	0.43	0.00	1.00
<b>ESQ</b>	0.41	0.49	0.00	1.00
<b>DIR</b>	0.11	0.31	0.00	1.00
<b>RL</b>	0.17	0.08	0.00	0.48
<b>CP</b>	0.35	0.48	0.00	1.00
<b>END</b>	1.32	1.28	-0.31	7.03
<b>IGD</b>	0.36	0.19	0.06	0.89

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

De todas as unidades federativas analisadas, os resultados trouxeram o IFGF com uma média de 0,59. Essa média mostrou-se superior a outras cinco variáveis dependentes, sendo o IFGF Gastos com pessoal, com uma média de 0,53, IFGF Investimentos média encontrada de 0,48, IGFG Liquidez que apresentou 0,50 como média e o IFGF Custo da Dívida possuindo uma média de 0,48. Já o IFGF Receita Própria apontou uma média de 0,96 sendo essa a variável dependente com melhor desempenho.

Considerando os dados geográficas, pode se observar que o maior número de estados se concentra na região Nordeste (33%), seguido sucessivamente pelas regiões Norte (26%), Centro-oeste (15%), Sudeste (15%) e Sul com 11%. A população denotou um desvio padrão alto frente a média, o que demonstra grande variação no resultado, significando uma grande diferença entre estados pequenos e de grande porte em números de habitantes (mínimo 324.397, máximo 41.300.000).

Foi pesquisado um ciclo temporal entre os anos de 2002 e 2016, observando neste período o fato de que se o ano era eleitoral ou não (AE), para assim concluir a existência de ciclos políticos. As eleições para governador estiveram presentes em 27% dos 15 anos observados.

Para a análise de que a hipótese a ideologia política se mostrar significativa na gestão fiscal estadual, este estudo observou o partido político dos governados e pode-se concluir que o número de governadores filiados a partidos declarados de esquerda (ESQ) (41%) é consideravelmente maior que aqueles de direita (DIR) (11%). Em relação ao mandato

eleitoral (ME) o fato é que na maioria dos casos analisados, somando um total de 75%, os governadores estavam em seus respectivos primeiros mandatos.

A força de cada governador (RL) pode ser vista através do número de deputados estaduais eleitos do mesmo partido, o desvio padrão mostra que a maioria dos governadores possuem uma representativa no legislativo inferior a média, a variação vai de 0 deputados do mesmo partido a até 48% dos deputados do mesmo partido. Ainda com foco na força do gestor estadual, a competição política (CP) também é uma ferramenta para compreender o quão concorrido foi para que cada governador tomasse posse do cargo, é possível observar através do desvio padrão (0,48) que na maioria das eleições a competição foi acirrada.

Quanto as condições de endividamento (END), os estados observados apresentaram uma média de 1,32, o que possibilita a conclusão de que há uma responsabilidade de pagamento de dívidas superior as receitas correntes, sendo os estados brasileiros em sua maioria endividados. A análise do Índice do Grau de Dependência (IGD) permite a observação do quão dependentes são os estados de receitas da União para o seu balanço de pagamento. A média para esses dados mostra que 37% da receita total dos estados é vinda de transferências da União.

Os resultados referentes aos testes de regressão estão expostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Determinantes do Desempenho Fiscal

Variáveis independentes	Variáveis dependentes					
	PAINEL A	PAINEL B	PAINEL C	PAINEL D	PAINEL E	PAINEL F
	IFGF	IFGF	IFGF	IFGF	IFGF	IFGF Custo da Dívida
	Receita Própria	Gastos com Pessoal	Investimentos	Liquidez		
Coefic. (sig. var)	Coefic. (sig.var)	Coefic. (sig.var)	Coefic. (sig.var).	Coefic. (sig.var)	Coefic. (sig.var)	
Efeito Fixo	Efeito Aleatório	Efeito Fixo	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório		
POP	0.026 (0.010***)	0.029 (0.002***)	0.078 (0.004***)	-0.022 (0.265)	0.058 (0.023**)	-
N	-0.029 (0.323)	0.016 (0.409)	0.069 (0.307)	0.008 (0.899)	-0.191 (0.012**)	-
NE	0.029 (0.224)	0.111 (0.000***)	0.135 (0.016**)	-0.029 (0.559)	-0.060 (0.283)	-

<b>CO</b>	0.029 (0.254)	0.050 <b>(0.001***)</b>	0.332 <b>(0.000***)</b>	-0.087 <b>(0.094*)</b>	-0.073 (0.215)	-
<b>S</b>	0.012 (0.604)	0.014 (0.141)	-0.024 (0.706)	0.049 (0.283)	0.003 (0.957)	-
<b>AE</b>	0.020 (0.133)	-0.004 (0.757)	0.018 (0.571)	0.035 (0.170)	0.020 (0.537)	-
<b>ME</b>	0.006 (0.672)	0.001 (0.922)	-0.017 (0.623)	0.028 (0.338)	0.006 (0.879)	-
<b>ESQ</b>	-0.020 (0.182)	-0.066 <b>(0.000***)</b>	0.080 <b>(0.011**)</b>	-0.033 (0.264)	-0.007 (0.863)	-
<b>DIR</b>	-0.027 (0.177)	0.014 (0.332)	-0.056 (0.231)	-0.073 <b>(0.053*)</b>	-0.002 (0.972)	-
<b>RL</b>	-0.097 (0.189)	-0.170 <b>(0.001***)</b>	-0.409 <b>(0.009***)</b>	-0.011 (0.938)	0.201 (0.214)	-
<b>CP</b>	-0.004 (0.762)	-0.008 (0.587)	-0.008 (0.796)	0.018 (0.524)	0.000 (0.994)	-
<b>END</b>	-0.004 (0.439)	-0.011 (0.084*)	-0.020 (0.107)	0.006 (0.515)	0.003 (0.844)	-
<b>IGD</b>	-0.020 (0.728)	-0.235 <b>(0.001***)</b>	-0.019 (0.902)	-0.074 (0.495)	0.152 (0.292)	-
<b>Constante</b>	0.214 (0.217)	0.625 <b>(0.000***)</b>	-0.668 (0.134)	0.825 <b>(0.011**)</b>	-0.398 (0.355)	-
<b>R<sup>2</sup></b>	0.1551	0.3970	0.1786	0.0422	0.1406	0.0378
<b>Sig.</b>	0.0000	0.0000	0.0000	0.0777	0.0000	0.2196
<b>DW</b>	1.955524	2.073402	2.042112	1.907468	1.959986	1.851351
<b>Mean VIF</b>	2.22	2.22	2.22	2.22	2.22	2.22
<b>Teste BP/CW</b>	0.8183	0.0000	0.0000	0.2091	0.0273	0.9463
<b>Teste White</b>	0.1829	0.0000	0.0000	0.6986	0.0002	0.1773
<b>Teste Breusch-Pagan</b>	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0184
<b>F de Chow</b>	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
<b>Teste Hausman</b>	0.0087	0.8202	0.0004	0.6110	0.1960	0.0184
<b>N</b>	405	405	405	405	405	405

\*\*\* Significância ao nível de 0,01 - \*\* Significância ao nível de 0,05 - \* Significância ao nível de 0,10

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

O teste de Chow indicou que a hipótese nula de que todos os interceptos são iguais (POLS) fosse rejeitada em todos os painéis, portanto, o mais recomendado é o modelo com efeitos fixos. O teste de Hausman rejeitou a hipótese nula de que o modelo de correlação dos erros é adequado (efeitos aleatórios) no painel A e C. Assim, com base nestes testes no caso deste estudo, o modelo com efeitos fixos é mais recomendado e por isso foi utilizado nessa pesquisa. No painel B, D e E utilizou-se do modelo de efeito aleatório.

Observa-se que a modelagem utilizada composta de 405 observações, foram significantes ao nível de 1% para a amostra de empresas desta pesquisa, com exceção do

painel F. O  $R^2$ , que representa o quanto das variáveis dependentes pode ser explicado pelas variáveis independentes (WOOLDRIDGE, 2003), sendo o mais representativo no painel B (39,80%) e o menos representativo no painel D (4,16%).

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que o *Durbin-Watson* apresentou-se em todos os casos dentro do limite aceitável (GRIFFITHS; HILL; JUDGE, 2010). Não há problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste VIF ( $<10$ ), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (FÁVERO et al., 2009).

O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* e o teste de *White*, indicam ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos nos painéis B, C e E, no entanto, para confiabilidade e robustez, aplicou-se a correção robusta de *White* em todos os casos.

Em observação aos resultados apresentados na Tabela 3, observa-se a relação positiva para a População em relação ao IFGF, IFGF Receita Própria, IFGF gastos com pessoas, IFGF Liquidez. As regiões CO e NE apresentaram resultados positivos para a influência nas Receitas Próprias e Gastos com Pessoal, enquanto o Norte obteve significância negativa para a Liquidez de seus estados.

Os resultados não se mostraram significantes em relação ao comportamento do gestor para anos eleitorais (AE) e para o mandato eleitoral (ME), portanto o resultado encontrado mostrou não haver um comportamento oportunista dos políticos frente a variáveis eleitorais, rejeitando as hipóteses 1 e 2.

A ideologia partidária obteve significância para ambos lados, para os partidos de esquerda identificou uma interferência negativa para o IFGF Receita Própria, portanto sendo esses partidos menos responsáveis para a gestão de seus recursos, já em relação ao IFGF Gastos com Pessoal esses partidos obtiveram um resultado significativo em 1%, sendo o resultado positivo para a gestão das receitas estaduais em gastos com pessoal. Observou-se

também um resultado negativo para os partidos de direita em relação ao IFGF Investimentos, assim rejeita-se H3 Para os partidos de direita, e para os partidos de esquerda rejeita-se H3 para o IGFG Receita Própria e aceita-se a hipótese para o IFGF Gatos com pessoal.

A H4 é negada a partir dos resultados encontrados na Tabela 3, a representatividade no legislativo (RL) apontou que o número de deputados do partido do governador tem uma significância e relação negativa com a gestão fiscal da administração de receitas próprias e para os gastos com pessoal.

A competição política (CP) e o endividamento (END) não tiveram significância nos resultados encontrados nesta pesquisa, com essas variáveis neutras em relação as variáveis dependentes permite-se a rejeição de H5 e H6.

Os resultados apresentados na Tabela 3 indicam uma relação significativa do IGD, o que permite aceitar H7. O IGD confirmou a hipótese de que quanto maior a dependência de transferências pior seria a gestão fiscal. A variável apontou um nível de significância de 1% para o IGFG Gatos com Pessoal.

#### **4.2 Discussão dos Resultados.**

As variáveis de geográficas aqui estudadas tomadas como variáveis de controle demonstraram significância positiva no que se refere a qualidade da gestão fiscal dos estados brasileiros. A população exerce influência positiva, levando em consideração que nos estados mais populosos do Brasil há uma cobrança maior sobre os governantes. As regiões geográficas exerceram com exceção do Sul, um impacto positivo sobre suas gestões fiscais.

O Ano Eleitoral não apresentou influência nos índices utilizados como variáveis dependentes, desta maneira é permitida a rejeição da hipótese H1. Este resultado contrapõe o estudo de Cavalcante (2016) em que o autor encontra um comportamento oportunista nas prefeituras municipais em períodos próximos a eleições. Outro estudo que também possui resultado divergente, é o de Veiga e Veiga (2001) o qual segue os preceitos de Rogoff e

Silbert (1988), o estudo feito por eles aceita a hipótese de que em períodos eleitorais os gestores conduzem seus mandatos com maior astúcia, fundamentalmente nos investimentos, hipótese refutada, visto que o Ano Eleitoral não apresentou relevância para a variável IFGF Investimentos.

Para Oliveira e Carvalho (2009) as expectativas de reeleição de um político influenciam positivamente na gestão fiscal, pois tais expectativas geram preocupações em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém a hipótese H2 baseada no estudo de Oliveira e Carvalho é rejeitada, visto que a Tabela 3 não apresentou significância em relação ao Mandato Eleitoral

Este estudo sugere que para as políticas fiscais dos estados brasileiros variáveis eleitorais como Ano Eleitoral e Mandato Eleitoral não influenciam a gestão fiscal do governador, o qual não possui um comportamento oportunista em relação as variáveis aqui abordadas.

Confirmando o que se esperava, a hipótese H3 é aceita, Esquerda (ESQ) e Direita (DIR) obtiveram resultados que permitem concluir que a ideologia política exerce influência na forma em que o governante administra o âmbito fiscal do estado. Os políticos com filiação a partidos de esquerda desempenharam significância negativa em Receita Própria e positiva para os Gastos com pessoal. Enquanto os políticos com viés de direita revelaram influência negativa para o IFGF Investimentos.

Segundo Arvate, Avelino e Lucinda (2008) os partidos de esquerda teriam um resultado deficitário por conta dos gastos sociais, enquanto partidos de direita apresentaram resultados inversos a estes. Porém divergindo deste resultado, a Tabela 3 mostrou que ao contrário do esperado, são os partidos de direita que revelaram uma influência negativa nos investimentos.



A Representatividade no Legislativo exerce influência negativa na gestão das contas públicas, desta forma a hipótese H4 é rejeitada, ao contrário do que se esperava, sendo os resultados apresentados divergentes de outros estudos (Avellaneda & Gomes 2015; Cavalcante 2013), resultados estes baseados nas prefeituras municipais brasileiras.

A expectativa da Hipótese H4 era de que com um maior número na base aliada a arrecadação seria maior, possibilitando assim índices melhores na administração das receitas, de maneira que a influência fosse positiva na gestão fiscal do estado. Porém os resultados se mostraram cabíveis a conclusão de que, quanto maior a representatividade no legislativo o IFGF Receita Própria e o IFGF Gastos com pessoal sofrem negativamente.

A Competição Política para as eleições a governador, não mostrou significância, seguindo em paralelo com Cavalcante (2013), em que o mesmo afirmou que a fragmentação nas eleições possui efeito nulo sobre a eficiência governamental, mesmo elucidando o comportamento dos gestores públicos. Portanto a hipótese H5 é rejeitada por não ter sido encontrado relação de influência em nenhuma das variáveis dependentes.

O Endividamento estadual confirmou o que se esperava, esta variável se mostrou com influência negativa sobre a gestão fiscal de receitas próprias, a hipótese H6 é aceita a partir desde resultado. Os resultados aqui apresentados se alinham com Macedo e Corbari (2009), após os testes econométricos foi concluído que, para as unidades federativas da União quanto maior o nível de endividamento pior é a gestão das receitas próprias (IFGF Receitas Próprias).

Gestões foram comparadas pré e pós LRF para identificar o comportamento político frente as dívidas, e os testes mostraram a influência negativa do grau de endividamento na gestão fiscal e na liquidez (RODRIGUES et al., 2009). Em relação a influência negativa, os resultados obtidos permitem aceitar a correlação inversa entre endividamento e qualidade na gestão fiscal, porém não foi encontrada significância em relação a liquidez dos estados.

A hipótese H7 se baseia no conceito de que o grau de dependência de transferências influencia negativamente na administração fiscal dos estados, a hipótese foi aceita com o resultado de influência negativa do Indicador do Grau de Dependência. Para Mota, Diniz e Santos (2017), municípios que possuem uma baixa taxa de arrecadação, possuem mais dificuldade nas gestões fiscais pela dependência das transferências, o que se repetiu no resultado dos estados brasileiros. Estados com maior dependência de receitas encontram maiores dificuldades em suas políticas fiscais referentes ao IFGF Receita Própria.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo se alinha com literaturas em que o foco são os ciclos políticos, tal teoria relaciona o comportamento político com variáveis orçamentárias, geográficas e políticas no que diz respeito à análise de informações qualitativas e quantitativas sobre um eventual comportamento oportunista, essa linha de pesquisa espera um comportamento repetitivo dos políticos tornando-os cíclicos.

Os resultados apresentados remetem a conclusões bastante intrigantes, os resultados encontrados refutam as hipóteses em que o político age de maneira oportunista devido aos fatos de o ano ser de eleições, a competição política mais acirrada e a intenção de reeleição não influenciam o comportamento político em relação à qualidade da sua gestão fiscal estadual, avaliada pelo IFGF. Uma possível justificativa para isso é a de que grandes partidos dominam o cenário eleitoral e possuem suas áreas eleitorais mais fortes, devido a isso os partidos fazem coligações para se manterem no poder, de forma que os mesmos não se sintam ameaçados para mudar a forma de gestão fiscal.

Quanto aos demais resultados também existem resultados relevantes para a compreensão do comportamento político, os partidos de esquerda tiveram problemas na administração das receitas próprias, estes partidos possuem tendência em gastar mais, porém

apresentaram resultados positivos em relação aos gastos com pessoal. Já os partidos de direita ao contrário do que se esperava, tiveram impacto negativo com os gastos com pessoal, fugindo do que se espera, já que esses partidos possuem em sua ideologia menor gastos com pessoal, investimento para chegarem no ponto de escolha na *Curva de Philipps* em que a preferência é o controle da inflação. Outra conclusão que se pode tomar é que quanto maior o número de deputados do partido do governador o partido se usufrui disso para ter mais folga na administração de seus recursos o que gera um impacto negativo na gestão fiscal.

Estados com maior dependência de transferências intergovernamentais possuem uma arrecadação menor e maior dificuldade para administrar suas contas, isso acaba acarretando resultados negativos para a gestão fiscal de suas receitas, estes estados tendem conseqüentemente a entrarem em um grau de endividamento ocasionando um efeito cascata sobre a administração de suas receitas próprias.

Mediante a algumas limitações dessa pesquisa, uma delas foi o não aprofundamento estatístico para excluir aspectos que poderiam melhorar a robustez dos pressupostos da análise multivariada. Outra limitação é não poder isolar os fatos de anos em que o país passou por uma turbulência política, desde o início do processo de impeachment. Entretanto ainda assim, não se esperava outros resultados caso se adotasse outro método. Para novas pesquisas na área, sugere-se o aprofundamento dos resultados para compreender de que forma os políticos são influenciados por determinantes orçamentárias, geográficas e políticas.

## **REFERÊNCIAS**

- ALESINA, A. Macroeconomic policy in two-Party System as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, 1987
- ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. R.. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.38, n.4, pp. 789-814. Out./Dez. 2008.
- AVELLANEDA, C.; GOMES, R. C. Mayoral Quality and Municipal Performance in Brazilian Local Governments. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 83, p. 555-579, 2017.

- CARVALHO, F. A. A.; OLIVEIRA, K. V. A Teoria dos Ciclos Políticos e o Caso do Rio de Janeiro: Uma Análise Empírica Fiscal e Contábil sobre os Municípios Fluminenses. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2008.
- CAVALCANTE, P. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 50(2):307-330, mar./abr. 2016.
- CAVALCANTE, P. A competição eleitoral gera governos mais eficientes? Um estudo comparado das prefeituras no Brasil. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 47(6):1569-591, nov./dez. 2013.
- DOWNS, Anthony. Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, vol. 65, no 2, abril, 1957a.
- FÁVERO, L. P., BELFORIE, P., SILVA, F. L., & CHAN, B. L. (2009). **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. São Paulo: Elsevier
- GRIFFITHS, R.; HILL, R.; JUDGE, G. **Econometria**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.
- HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, 1977.
- KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment (1943), In B. S. FREY (ed.), **Political Business Cycles**. Cheltenham: Edward Elgar Publ., 1997.
- KENNEDY, P. **A guide to econometrics**. 4. ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1998.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. Free Press, 1967.
- MACEDO, J. J.; CORBARI, E. C. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 44-60, setembro/dezembro 2009
- MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Economia Aplicada**, vol. 5, 2001.
- MOTA, B. F.; DINIZ, J. A.; SANTOS, L. C. A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal. **Contabilidade, Gestão e Governança** - Brasília · v. 20 · n. 2 · p. 293-313 · mai./ago. 2017
- NORDHAUS, William. The political business cycle. **Review of Economic Studies**: n. 42, p. 169-190, 1975.
- OLIVEIRA, K.; CARVALHO, F. A Contabilidade Governamental e o Caledário Eleitoral: Uma Análise Empírica Fiscal e Contábil sobre os Municípios do Estado do Rio de Janeiro 1998/2006. RCO – **Revista de Contabilidade e Organizações** – FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 121 - 141 jan./abr. 2009
- PREUSSLER, A. P.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. **Análise Econômica**, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003
- RODRIGUES, G. M.; CROZATTI, J.; Mugnaini, R.; Pedrucci, S. A. T. Análise do endividamento municipal antes e depois da Lei de Responsabilidade Fiscal. **XVI Congresso Brasileiro de Custos** – Fortaleza - Ceará, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2009.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, v. 80, 1990.
- ROGOFF, K.; SILBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, vol. 55, 1988.
- VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Ciclos Político-Econômicos nos Municípios Portugueses. **II Con-ferência do Banco de Portugal - “Desenvolvimento Económico Português no Espaço Euro- peu”**. Universidade do Minho. 2004.
- WOOLDRIDGE, J.M. **Introductory Econometrics: a Modern Approach**. 2 ed. Ohio: South-Western College Pub, 2003.